



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
CENTRO REGIONAL DE BELÉM
COORDENAÇÃO DE HIDROLOGIA

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 60092.000191/2021-92)

1. DO OBJETO

Aquisição de equipamentos de Medidores de Vazão para atender as demandas do projeto SIPAMHidro, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, conforme condições e quantidades previstas neste instrumento.

1.1. Aquisição de Medidores de Vazão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento com valor máximo aceitável:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Medidores de vazão para pequenas drenagens	0484538	und	05	R\$ 134.432,50	R\$ 672.162,50
2	Medidores de vazão para médias e grandes drenagens	0484539	und	05	R\$ 471.460,37	R\$ 2.357.301,85
3	<i>Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 20%. (Cota para Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas. Item de Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 1.)</i>	0484538	Und	01	R\$ 134.432,50	R\$ 134.432,50
4	<i>Idem ao Item 2 – Cota reservada para ME/EPP em 20%. (Cota para Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas. Item de Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 2.)</i>	0484539	und	01	R\$ 471.460,37	R\$ 471.460,37
TOTAL GERAL - VALOR DE REFERÊNCIA						R\$ 3.635.357,22

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo "menor preço por item".

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificação para a aquisição dos equipamentos é fundamentada na necessidade crítica de coletar dados de campo essenciais para expandir as áreas de atuação do Projeto SIPAMHidro. Esses dados são indispensáveis para a geração de alertas hidrológicos que, por sua vez, possibilitarão o desenvolvimento de novos modelos de previsão de enchentes e inundações em áreas urbanas. Além disso, a aquisição desses equipamentos permitirá que as informações estejam prontamente disponíveis para acesso pelos órgãos parceiros e pela população em geral por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico (SIPAMHidro).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Os equipamentos mencionados neste termo de referência estão perfeitamente alinhados com as exigências do projeto SipamHidro, abordando as particularidades das coletas de dados em pequenos e médios cursos d'água. Isso viabiliza o cumprimento do objetivo de expansão do projeto, que consiste em aprimorar o monitoramento hidrológico das bacias urbanas, com o propósito de emitir alertas de alagamentos e inundações.

3.2. A aquisição dos equipamentos tem como finalidade a coleta de dados hidrológicos, permitindo a produção de informações relacionadas ao fenômeno de alagamento e inundação nas áreas urbanas. Além disso, busca-se atender de maneira mais eficiente e eficaz às demandas dos órgãos parceiros nos municípios incluídos na área de expansão do projeto SipamHidro. Para atingir esses objetivos, os equipamentos devem, no mínimo, atender às características especificadas:

• MEDIDOR DE VAZÃO PARA PEQUENAS DRENAGENS

1. Especificação do equipamento

- Deve operar com lâmina de água igual ou menor que 0,04 m e igual ou maior que 1,20 m com GPS incorporado ao display do equipamento de forma a permitir o georreferenciamento automático ou de forma manual;
- Permitir a troca de bateria durante a medição sem perda de dados e controle de carga visível no display
- Possibilidade de substituição do cabo com opções de até 10 metros de extensão;

- Possibilidade de configurar e salvar modelos sem a necessidade de reintroduzir os dados cada vez que executar um mesmo sítio
- Autonomia das Baterias deverá ser de no mínimo 12 horas de uso contínuo;
- Acurácia GPS deverá ser nominal até 2,5 metros, ou melhor, e frequência GPS L1 (1.575 MHz);
- Memória de armazenamento de dados mínima de 16 GB;
- Índice de Proteção do *Display*: IP-67 (1 metro de profundidade);
- Range de Velocidade: $\pm 0,001$ a 4,0 m/s, ou melhor;
- Acurácia da Velocidade: $\pm 1\%$ da velocidade medida, 0,25 cm/s, ou melhor;
- Cabo de Campo Padrão de no mínimo 1,5 metro;
- Comprimento da haste igual ou maior que 1,0 metro;
- Suporte para *Display*;
- Suporte para fixação do sensor;
- Maleta resistente para transporte da Haste, *Display*, Cabo e Sensor;
- Fornecedor deverá ter pós-venda 100% no Brasil.

• Especificação do Software

- Deve possibilitar conferir os sinais dos sensores e cada etapa da medição para saber se há interferências;
- Deve permitir a visualização em tempo real das medições de velocidade e outros parâmetros;
- Permitir verificar o resumo da medição;
- Permitir a visualização de dados de Controle de Qualidade (QC) durante a medição e análise;
- Formato de arquivo aberto.

2. Treinamento

- O fornecedor do equipamento deverá realizar treinamento de uso do equipamento com conteúdo programático teórico e aplicação prática para um mínimo de 06 (seis) técnicos, a ser realizado presencialmente na cidade de Belém, Estado do Pará, com carga horária de 30 (trinta) horas. Os custos e despesas decorrentes do treinamento deverão ser diluídos nos preços dos equipamentos, (por conta do fornecedor).
- Serão considerados como critérios de avaliação do treinamento: conhecimento, prática e aprendizagem.

• MEDIDOR DE VAZÃO PARA CURSO D'ÁGUA DE TAMANHO MÉDIO

1. Especificação do equipamento

- Deve ser um sistema ADCP (Perfilador de Corrente Doppler Acústico), perfilador de velocidades de água com uma única frequência. Deve ser especificadamente desenvolvido para perfilar velocidades em cursos d'água variando entre um mínimo de 10 cm (ou menor) e um máximo 6 m (ou maior) de profundidade, com antena GNSS incluída e flutuador, devendo apresentar as seguintes características técnicas:
- O equipamento deve possuir no mínimo 5 (cinco) transdutores acústicos, sendo 4 (quatro) feixes com frequência de 3,0 MHz, ou melhor, posicionados em ângulos de 25°, ou melhor, (usado para medição de velocidade do fluxo, profundidade e rastreamento do equipamento junto ao leito do curso d'água) e 1 (um) feixe central vertical de frequência de 3,0 MHz, ou melhor, (usado para medição de profundidade, tal qual um ecobatímetro);
- Equipamento deve ser capaz de medir velocidade em profundidade entre 0,10 (ou menor) a 6,0 m (ou menor), com resolução igual, ou melhor, a 0,001 m/s e de acurácia igual, ou melhor, a $1\% \pm 0,002$ m/s;
- Equipamento deve realizar medição da batimetria fluxo igual, ou , ou maior, que 6,0 m de profundidade com precisão fluxo igual, ou melhor, que 1% e com resolução de fluxo igual, ou melhor, que 0,005 m;
- Deve permite que os cálculos de vazão sejam feitos simultaneamente no equipamento e no computador do usuário;
- Deve vir incluso com o equipamento, um flutuador projetado para o conjunto de equipamento, com suporte para fixação de antena GNSS;
- Processador e memória interna com um mínimo de 8GB;
- Todo o sistema deve ser à prova d'água IP68 nos transdutores e IP67 nos conectores da antena GNSS e Bluetooth;
- Deve ser alimentado por pilha ou bateria com autonomia de fluxo igual, ou maior que 7 horas de uso contínuo;
- Deve acompanhar sistema de antena GNSS não precisando de licença para liberação de tal funcionalidade;
- Equipamento deve ser em uma única peça contendo todos os sensores doppler, placa de armazenamento de dados, placa de comunicação de dados, transmissor Bluetooth de baixo consumo de energia (BLE5), compartimento de alimentação, plugue para conexão de antena GNSS externa;
- Possibilidade de ajuste automático do tamanho de células de medição de velocidade, com tamanho entre 2,5 cm até células de 30 cm, ou melhor;
- Deve ser acompanhada bolsa que permita transporte em campo a plataforma flutuante acoplada ao ADCP.

• Características da Antena GNSS

- Deve permitir conexão com a ADCP sem necessidade de pré-configuração ou uso de mais que 1 cabo de comunicação;
- Possuir alimentação própria, não sendo alimentado pelo conjunto ADCP;
- A precisão de posicionamento deve ser submétrica e frequência mínima L1, multi-GNSS;
- Deve ter recepção mínima da constelação GPS, GLONASS e GALILEO;
- Bateria com duração para uso de no mínimo 10 h de medição sem recarregar, com tempo de carregamento igual ou inferior a 4 horas;

• Características do Flutuador

- Deve ser em material resistente a impactos;
- Permitir acoplar o sistema ADCP sem necessidade de adaptações externas;
- Possuir suporte retrátil para antena GNSS;
- Dimensão máxima de até 100 cm de comprimento e 60 cm de largura;
- Deve vir acompanhado com bolsa de transporte em material resistente, com alças para ombro e costas permitindo que o flutuador seja guardado com o ADCP acoplado e com suporte da antena GNSS recolhido.

• Características do Software

- Permitir abrir, visualizar e analisar múltiplos arquivos simultaneamente;
- Deve gravar todos os dados de medição das travessias de preferência em um único arquivo, para facilitar a análise;
- Permitir que o operador faça simultaneamente a coleta de dados em tempo real, assim como a análise da (s) medição (ões) anteriores;
- Software deve apresentar opções de diversos idiomas, inclusive em português;
- Exportar os dados gráficos obtidos para editor de texto e os dados em tabela para editor de tabela;

2. Treinamento

- O fornecedor do equipamento deverá realizar treinamento de uso do equipamento com conteúdo programático teórico e aplicação prática para um mínimo de 06 (seis) técnicos, a ser realizado presencialmente na cidade de Belém, Estado do Pará, com carga horária de 30 (trinta) horas.

4.1. A descrição do material constante deste Termo de Referência foi feita de maneira genérica e as especificações utilizadas são de materiais comuns no mercado nacional, bem como, os códigos utilizados são catalogados pelo SIASG, de forma a permitir a maior participação possível de empresas no certame, sem direcionamentos à marca ou empresa, sendo classificados como bens comuns, em conformidade com o estabelecido pelo parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 5.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 5.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
- 5.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações dispostas no Decreto nº 21.264/2016 e Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.
- 5.5. Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de Produtos Perigosos.
- 5.6. Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, o qual prevê que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.
- 5.7. Decide estabelecer critério de sustentabilidade ambiental e/ou social para cada item, detalhando na descrição do produto, quais exigências que DEVERÁ ser atendida pelo fabricante e/ou pelo fornecedor do produto, como critério de sustentabilidade ambiental ou social conforme a exigência para o produto licitado.
- 5.8. Havendo dúvidas se o produto atende as especificações de sustentabilidade, o órgão contratante poderá realizar diligências (ex. enviar o produto para testes laboratoriais), ou convocar o licitante para que comprove a sustentabilidade do produto, de acordo com as exigências do edital.
- 5.9. A notoriedade da sustentabilidade ambiental e/ou social na fabricação do produto, será constatada pela administração, através de consulta no site do fabricante, e caso reste dúvida o fornecedor será convocado para saná-las, no prazo de 05 (cinco) dias uteis, sob pena de preclusão.
- 5.10. No caso de preclusão do direito de comprovar os requisitos de sustentabilidade, a participante será desclassificada do item que não conseguir comprovar os requisitos exigidos.
- 5.11. O fornecedor poderá comprovar os critérios de sustentabilidade por meio de certificação, ou por qualquer outro meio de prova (IN nº 01/10, art. 5º § 1º), às suas custas.
- 5.12. Os produtos sejam reciclados e recicláveis ou que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambiental

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato em remessa única, nos seguintes endereços:

CENTRO	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	UND	ENDEREÇO DE ENTREGA
CR-BELÉM	01	01	01	01	UND	Av. Júlio César, 7060 - Val de Cans, Belém 66617-420
CR-MANAUS	02	02	0	0	UND	Av. do Turismo, 1350 - Tarumã, Manaus 69041-010
CR-PORTO VELHO	02	02	0	0	UND	Av. Lauro Sodré, 6500 - Aeroporto, Porto Velho, 76803-260

- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.6. A equipe técnica designada para o recebimento, deverá realizar teste do equipamento para avaliar e garantir o atendimento às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	---------------------	--

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
$$R = V (I - I^o) / I^o$$
, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto.
- 14.2. A adoção de garantia contratual de até 5% prevista em lei, em alguns casos pode onerar de forma excessiva, determinado licitante, que eventualmente não dispõe do respectivo capital de giro, e assim estará fora da disputa.
- 14.3. Ademais, vale ressaltar que a dispensa da garantia em comento, não ocasionará grandes riscos para a Administração, bem como contribuirá para ampliar a disputa e para garantir os objetivos da lei supra descrita.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) Fraudar na execução do contrato;
 - d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) Cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa**:
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa - MD, pelo prazo de até dois anos;**

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem os **quantitativo e/ou percentual para cada um dos itens em 50% dos quantitativos solicitados no item 1.1 deste Termo de Referência.**

16.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Fornecimento dos materiais e equipamentos de acordo com a descrição de cada item, previsto nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

b) Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter realizado 50% do fornecimento/serviço similar aos itens objeto deste Termo de Referência.

c) O licitante poderá apresentar tantos atestados de aptidão técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto similar ao da licitação.

d) Poderão ser apresentados atestados complementares entre si, quantos forem necessários, de modo que a união destes forme objeto similar ao deste Termo de Referência.

16.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.2.1. **Valor máximo/aceitável de R\$ 3.635.357,22** (três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

16.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.635.357,22** (três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

17.2. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público em geral os atos seus procedimentos.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

a) **Órgão/Gestão:** 110511/0001;

b) **Programa 6011** – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;

c) **Ação Orçamentária:** 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM;

d) **Fonte:** 1000 - Recursos Livres da União;

e) **Plano Orçamentário (PO):** 0003 – Monitoramento Ambiental e de Ilícitos e Desenvolvimento Sustentável;

f) **Programa de Trabalho Resumido (PTRES):** 168624;

g) **Natureza da Despesa:**

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Medidores de vazão para pequenas drenagens	44.90.52.83 - Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental
3	Medidores de vazão para médias drenagens	44.90.52.83 - Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental

h) **Código do Sistema PTA/2023:** 184/23 – 12 medidores de vazão para pequenas e médias drenagens - COHIDRO.

19. **DA GARANTIA TÉCNICA DOS BENS**
- 19.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia técnica de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos, diretamente ou por meio de rede credenciada/autorizada;
- 19.2. A assistência técnica deverá contemplar a solução completa, incluindo software e equipamentos;
- 19.3. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado localmente (problemas nos equipamentos, configurações que necessitem de presença física, etc.);
- 19.4. Durante o período de vigência da garantia técnica todos os serviços (reparos, substituições, atendimentos, etc.) deverão ser prestados sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE;
- 19.5. A assistência técnica deverá estar disponível de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial, exceto nos feriados;
- 19.6. A manutenção dos equipamentos com eventuais defeitos durante o período de garantia ficará a cargo da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, cabendo aquela efetuar o conserto ou troca de peças defeituosas;
- 19.7. Os serviços corretivos, quando solicitados, deverão ser executados no local onde se encontrarão instalados os equipamentos ou na assistência técnica autorizada, desde que esta substitua o equipamento com defeito por outro, durante o período de reparo. Todas as despesas com transporte, frete, seguro, bem como a responsabilidade pela retirada (desinstalação) e entrega (reinstalação) dos equipamentos serão por conta da CONTRATADA;
- 19.8. Quando do recebimento definitivo do objeto será assinado Termo de Garantia pela CONTRATADA, conforme especificações do fabricante e condições estipuladas no presente Termo de Referência, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.087/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 19.9. A garantia técnica aqui descrita deverá ser prestados diretamente pela CONTRATADA e/ou assistência técnica autorizada e/ou pelos fabricantes dos produtos;
- 19.10. A garantia técnica deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, contemplando a substituição de peças, partes, componentes e acessórios, sem representar qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 19.11. O descumprimento das disposições mencionadas acima, ou qualquer outra disposição deste Termo de Referência, poderá sujeitar a CONTRATADA as sanções administrativas estabelecidas neste instrumento.
- 19.12. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 19.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 19.14. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 19.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 19.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 19.17. Não haverá exigência de garantia contratual. A venda dos equipamentos será a pronta entrega, sendo assinado Termo de Recebimento pelos responsáveis no momento do recebimento.

FLÁVIO AUGUSTO ALTIERI DOS SANTOS

Integrante Requisitante

MÁRCIA GORETE AZEVEDO DA SILVA GOMES

Integrante Administrativo

ARLINDO SÉRGIO CARDOSO

Integrante Técnico

Aprovo, de acordo com o [Decreto nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019](#)

DANIEL DIAS PEREIRA

Diretor de Operações

Aprovo, de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas
CENSIPAM

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Julho/2021

ANEXOS

ANEXO I



MINISTÉRIO DA DEFESA
Substitua pelo nome da Secretaria ou Departamento
Substitua pelo nome da diretoria se for o caso, senão, deixe em branco.
Substitua pelo nome da coordenação geral se for o caso, senão, deixe em branco.
Substitua pelo nome da coordenação se for o caso, senão, deixe em branco.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - COMPRAS

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

<Nas contratações de licenciamento de softwares, é imprescindível verificar se toda a documentação entregue pela contratada está completa e corresponde exatamente ao que foi especificado no TR. É fundamental certificar-se de que todas as licenças, suporte e/ou garantia entregues estejam de acordo com os **part numbers** especificados no TR>.

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará, de forma sumária, que as compras foram entregues, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S) E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OFB de abertura>	<Ex.: UNID.>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os <bem(s)/produto(s)> correspondentes à <OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram entregues, estando sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes <bem(s)/produto(s)> ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

4 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO II



MINISTÉRIO DA DEFESA
Substitua pelo nome da Secretaria ou Departamento
Substitua pelo nome da diretoria se for o caso, senão, deixe em branco.
Substitua pelo nome da coordenação geral se for o caso, senão, deixe em branco.
Substitua pelo nome da coordenação se for o caso, senão, deixe em branco.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1. Identificação

OFBS nº

Dados do Contrato

Contrato/NE nº

Contratada:

Representantes da contratada:

Objeto contratual:

2. Membros da comissão de recebimento definitivo.

Presidente da comissão:

Membro técnico:

Data do recebimento:

Processo NUP:

CNPJ:

-

-

Membro administrativo:
Nº do Boletim com a publicação da comissão:
3. Referências contratuais.

4. Itens recebidos definitivamente.

5. Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6. Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

A Comissão de Recebimento de Material/Serviço, constituída para esse fim e composta pelos signatários desse termo, atesta que foi recebido definitivamente, sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:


Presidente da comissão:
Membro técnico:
Membro administrativo:
Representante da contratada:
Representante da contratada:
De Acordo

Gestor do Contrato


Fiscal Requisitante do Contrato

[Nome]
Matrícula: Matr.


[Nome]
Matrícula: Matr.




Documento assinado eletronicamente por **Márcia Gorete Azevedo da Silva Gomes, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 12/12/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.




Documento assinado eletronicamente por **Flavio Augusto Altieri dos Santos, Coordenador(a)**, em 12/12/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.




Documento assinado eletronicamente por **Arlindo Sergio Cardoso, Assessor(a)**, em 12/12/2023, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 12/12/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Dias Pereira, Diretor(a)**, em 12/12/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6774482** e o código CRC **697C1F32**.